

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE - CPIPTD

DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - DPS

CONSELHO MUNICIPAL DOS IMIGRANTES - CMI

ATA DA REUNIÃO 89ª DO CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES ABRIL/2026

Pautas:

1. Entrega dos crachás de identificação e assinatura do termo de recebimento
2. Mutirão de serviços no parque da Luz - apoio na divulgação e conselheiros voluntários que apoiarão em tradução
3. Proposta de Parceria CRAI Móvel e CMI - ida dos equipamentos nas organizações e comunidades dos/as conselheiros/as
4. Encontro formativo- Apresentação da rede socioassistencial do município de SP – Conselheiras da SMADS
5. Próxima visita a equipamento público
6. Próximo encontro formativo.

Participantes da Prefeitura de São Paulo / Poder Público: SMADS: Mary Luciana da Cunha Silva; SMDDET: Vitória Ramos Benuthe; SME: Fabiana Bezerra Nogueira; SMC: Gabrielle Dias; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Benicio Meza; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Hanilton de Medeiros; SMDHC - Departamento de Participação Social, Ana Beatriz Annunciato Ianuzi (Prefeitura de São Paulo); Guilherme Roncoletta – SMDDET; Luan Miguel – SMDHC; Claudio Aguiar Almeida, SMC; Vanessa Correia Gomes, SMADS /CPSE; Fernanda Lanes, SMADS.

Participantes da Sociedade Civil: Constance Salawe; Fernanda Silva de Moraes, representante da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP); Mayelin Mercedez, Wendy Ledix, Fábio Rodrigues, Marianna Zawadi Kitenge Mukuna

Membros Observadores: Bianca de Toledo Pereira Chaves Barbosa, representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Carla Mustafa (OAB/SP); Amanda Pilon Barsoumian, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.; William Laureano, ACNUR

Ouvintes: Maria Silvia Dorado, representante da Federação Bolivianos Unidos no Brasil; Bélgica Saez, representante do MTST; Vania Pelote, representante da Missão Batista Guaianases, Pietra Nabarrete ProMigra; Juana Rilma Bustillos Laime, Bolivianos Unidos

ATA DE REUNIÃO

Aos 28 de abril de 2026, as 14:23 a reunião foi iniciada pela presidência do CMI, Gabrielle Dias que deu boas-vindas aos participantes presentes de forma presencial e híbrida.

A reunião teve início com a apresentação das pautas, que incluíram a entrega de crachás de identificação e a assinatura do termo de recebimento, a organização do mutirão de serviços no Parque da Luz, com apoio à divulgação e participação de conselheiros e conselheiras voluntárias, especialmente no suporte a atividades de tradução, a proposta de parceria entre o CRAI Móvel e o CMI com possibilidade de deslocamento dos equipamentos para organizações e comunidades vinculadas aos conselheiros, o encontro formativo voltado à apresentação da rede socioassistencial do município de São Paulo conduzido por representantes da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), além da definição da próxima visita a equipamento público e do próximo encontro formativo.

No decorrer da reunião, foi sugerida a realização de formações para agentes públicos no formato EAD, bem como a formação de pessoas imigrantes para atuarem como mediadores interculturais, tradutores e agentes sociais, com o objetivo de fortalecer o atendimento à população migrante e ampliar a capacidade de mediação entre serviços públicos e diferentes comunidades.

Em seguida, o conselheiro Wendy Ledix relatou dificuldades enfrentadas por pessoas imigrantes no acesso ao Bilhete Único no Terminal Parque Dom Pedro II, mencionando situações em que haveria barreiras no atendimento. Foi destacado no debate que, embora o benefício possa ser emitido também para turistas, imigrantes estariam enfrentando obstáculos indevidos, o que gerou preocupação quanto à possibilidade de práticas discriminatórias e violações de direitos no atendimento prestado.

A **Pauta 1** consistiu na entrega de crachás de identificação para os conselheiros e a assinatura do termo de recebimento.

Posteriormente foi abordada a **Pauta 2**, que consistiu no pedido de apoio na divulgação do Mutirão de serviços no parque da Luz, que ocorrerá no dia 28/04 das 09 às 16h. Bem como, a participação de conselheiros voluntários que apoiarão em tradução. Oportunamente se prontificaram a apoiar Constance Salawe, Silvia Dorado e Wendy Ledix.

Em seguida, abordou-se **Pauta 3**. Proposta de Parceria CRAI Móvel e CMI sendo a possibilidade de ida dos equipamentos nas organizações e comunidades dos/as conselheiros/as. A respeito disso, Gabrielle apresentou os serviços ofertados pelo CRAI Móvel que é um serviço itinerante que atende nas áreas de regularização migratória, serviço social e jurídico. Tal pedido pode ser feito através de formulário e posteriormente o setor do CRAI Móvel fará um desenho de atendimento junto com o requisitante.

Posteriormente, foi realizada a **Pauta 4**, que foi a apresentação dos serviços da SMADS, por parte das conselheiras Mary Luciana da Cunha Silva, Fernanda Lanes e Wanessa Correia Gomes com exposição sobre a rede socioassistencial do município e seus mecanismos de atendimento à população.

Durante os debates, foi esclarecido, em resposta a questionamento, que não há prazo previamente definido para permanência de famílias no acompanhamento do CRAS, sendo o atendimento realizado de forma contínua e ajustado às necessidades de cada caso, com inserção permanente das

famílias na rede de proteção social, variando apenas a intensidade do acompanhamento conforme a situação apresentada.

Também foi levantada a preocupação quanto à capacitação das equipes do CRAS para o atendimento de pessoas imigrantes, especialmente diante das recorrentes dificuldades linguísticas, burocráticas e culturais que dificultam o acesso a direitos e benefícios garantidos por lei. Foi ressaltado que tais barreiras, em alguns casos, associadas à falta de preparo institucional adequado, acabam por limitar ou impedir o acesso efetivo aos serviços públicos.

No mesmo sentido, foi defendida a ampliação de vagas afirmativas para pessoas imigrantes em serviços públicos, como forma de promover maior inclusão, representatividade e qualificação do atendimento a essa população específica.

Foi ainda relatada a necessidade de implementação de serviços e programas voltados a crianças em contraturno escolar, com atenção à distribuição territorial das unidades no município, considerando que crianças possuem menor autonomia de deslocamento, especialmente na ausência dos responsáveis, que muitas vezes não têm condições financeiras de arcar com transporte privado para acesso às atividades.

Outro ponto abordado foi a necessidade de maior clareza e divulgação dos fluxos de acesso a benefícios sociais como LOAS, auxílio-inclusão e benefícios destinados a mães atípicas, considerando que barreiras linguísticas e burocráticas fazem com que muitos imigrantes deixem de acessar direitos que lhes são garantidos. Também foi relatada a existência de intermediários e empresas que prestam auxílio na solicitação desses benefícios, retendo parte dos valores concedidos, por vezes sem o pleno conhecimento dos beneficiários sobre tais descontos, o que levanta preocupações quanto à transparência e possível exploração.

Por fim, foram reforçadas as propostas de continuidade dos encaminhamentos discutidos, incluindo a avaliação de formações EAD para agentes públicos, a formação de mediadores interculturais imigrantes, o fortalecimento de ações de orientação sobre acesso a benefícios e a ampliação de políticas de inclusão e acessibilidade para a população migrante.

Também foi destacado que o usuário/cidadão deve ser o principal destinatário das informações, sendo fundamental garantir que a população imigrante esteja bem-informada sobre seus direitos e sobre as políticas públicas disponíveis.

Durante as discussões, foi apontada a necessidade de ampliar a formação de profissionais para lidar com a população imigrante, considerando as especificidades culturais e linguísticas. Ressaltou-se que a falta de preparo institucional pode contribuir para processos de marginalização, sendo necessário pensar formas de manter um diálogo mais humanizado e intercultural.

A conselheira Éclair mencionou a importância da realização de conferências relacionadas à COMIGRAR, além de destacar que já foi votada a criação de mais um CRAI, tendo em vista que apenas uma unidade não é suficiente para atender a demanda existente. Também foi levantada a proposta de, na área da saúde, contratar pessoas das próprias comunidades atendidas, como forma de melhorar o acolhimento e reduzir barreiras linguísticas. Também foi abordado as dificuldades persistentes no agendamento da Polícia Federal para a regularização migratória.

A conselheira Nancy sugeriu a realização de formações interculturais voltadas para gestores públicos. Gabrielle destacou a importância de promover formações internas para os conselheiros, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas existentes, permitindo que posteriormente essas informações sejam repassadas às comunidades atendidas, por meio de cartilhas e outros materiais informativos.

Por fim, ficou definido que o próximo encontro formativo terá a temática de Políticas Municipais de Desenvolvimento e Trabalho, bem como visita ao equipamento que no caso, será o novo CATE Central.

Nada mais havendo a tratar, **a reunião foi encerrada às 17:14.**

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Preparar o próximo encontro formativo com a temática SMDET	Secretaria Executiva, SMDET	19/05/2026
02	Preparar a próxima visita para o CATE	Secretaria Executiva e SMDET	19/05/2026
03	Envio no grupo de Whatsapp do link do formulário para requerer o CRAI Móvel	Secretaria executiva	19/05/2026